

# DO TEXTO AO CONTEXTO: *LUUANDA* E A EXTINÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES

CLÁUDIA PINTO RIBEIRO

U. Porto/CITCEM. claudiapintoribeiro@sapo.pt.

*Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais<sup>1</sup>.*

Bem-vindos a este lugar de memória. Aqui, neste colóquio que cumpre a distância (ou a proximidade) *de Luuanda a Luandino*, constrói-se um lugar de memória porque, investido de uma aura simbólica e de imaginação, procura criar um arquivo deste passado, vivo, sentido, marcado no tempo, ao organizar esta celebração que mais não pretende do que assinalar o aniversário desta obra-morteiro que agitou um Portugal que se pensa conformado, no primeiro lustro de 1960.

Por isso, o meu contributo para este lugar que aqui se edifica pretende dar densidade histórica a uma memória ressentida, uma lembrança de um passado que é doloroso e por isso abafado e afastado (como nos diz Francisco Topa na introdução da obra *Luuanda há 50 anos*<sup>2</sup>), como se ainda pudesse fazer mácula a quem o revisita. Pois bem, eis o que podemos fazer: petrificar a memória, construindo um lugar deliberadamente fora do tempo vivido.

---

<sup>1</sup> NORA, 1993: 12.

<sup>2</sup> Procurando fazer de 2014 um momento de cicatrização definitiva da memória ferida de *Luuanda*, Francisco Topa procedeu a uma série de contactos que não tiveram resposta: «ficou sem resposta uma carta que dirigi ao atual presidente da

## História, memória, ressentimento

Uma nota muito simples: aqui propomos entender a memória como um ritual de lembrança, que profana o esquecimento e não deixa que o passar do tempo emudeça estórias que devem ser contadas. Portanto, vamos recortar do tempo pequenos cenários que nos fazem crer que somos donos de uma verdade, ainda que relativa, que não seja monolítica. O mesmo é dizer que quando recuamos ao Portugal da década de 1960 procuramos posicionar-nos em vários ângulos que permitam ler as entrelinhas das fontes consultadas. Ou o que delas resta, pois:

*(...) Não se consegue reter do passado mais que uma miserável parcelazinha, sem que ninguém saiba por que motivo retém justamente esta e não outra, uma vez que tal escolha, em cada um de nós, se faz misteriosamente à margem da nossa vontade e dos nossos interesses. Nada se compreenderá da vida humana enquanto se persistir em escamotear a primeira de todas as evidências: uma realidade, tal como existia quando existia, deixa de existir; a sua restituição é impossível. Nem sequer os arquivos mais abundantes podem seja o que for contra esta evidência<sup>3</sup>.*

É por isso que aos vestígios do passado juntamos as razões, os valores, os sentidos do presente, construindo um lugar estranho que não pertence ao que foi, mas que também não existe no que é. Esse lugar estranho que é maleavelmente transfigurado para contentar aqueles que teimam em olhar para ele, mas que não o chegam a habitar. Portanto, o «presentismo» destas estórias desagua em duas dimensões: o facto de o passado ter sempre um dedo nosso, como se não fosse possível olhar para ele fora de nós (e não é); e a inevitável catarse histórica, caminho necessário para debelarmos demónios que nos acompanham. Porque a

*experiência de voltar a viver a ferida do passado é mais forte que a vontade de esquecer. E assim a existência do ressentimento mostra como é artificial o corte entre o passado e o presente, que deste modo vivem um no outro, tornando-se o passado um presente mais presente que o presente<sup>4</sup>.*

Maior do que a vontade de esquecer. Porque a memória não pactua com o esquecimento.

---

Fundação Calouste Gulbenkian convidando-o para uma cerimónia que encerrasse o processo de 1965; foi atendido com silêncio um convite meu a determinada autoridade consular angolana; uma autoridade académica opôs-se a certa iniciativa...» (TOPA, 2014: 13).

<sup>3</sup> KUNDERA, 2006: 87-88.

<sup>4</sup> FERRO, 2009: 12.

## Do contexto ao texto

Uma breve incursão ao Portugal do início da década de 1960 faz-nos adivinhar uma década quente, que obrigou o regime a reinventar-se e a reinventar as suas estratégias políticas. Desde a evasão do Forte de Peniche, em 3 de janeiro de 1960, à prisão de Agostinho Neto em Angola, em 8 de junho, passando pelo pedido, em setembro, do PAIGC da auto-determinação da Guiné e de Cabo Verde, visitando a conferência em Londres, a 6 de dezembro, com os principais dirigentes dos «movimentos de libertação» dos povos das colónias portuguesas a apelar ao início de negociações e terminando em dezembro (a 15) com a aprovação na ONU de três resoluções condenatórias da política seguida pelo Estado Novo relativamente aos territórios coloniais, mostra-nos que mais do que cinzento, o regime era acochado em várias frentes e fervilhava em brasa.

O ano seguinte – 1961 – historicamente caracterizado como o *annus horribilis* até nem começou mal, com uma nota formal de responsáveis da Igreja Católica apoiando a política colonial:

*Nesta hora em que o Ocidente parece ter perdido a consciência de si mesmo, na anarquia das ideias, na dívida dos direitos e deveres, na fascinação dos mitos, na quebra das tábuas morais do Decálogo (...) Portugal é consciente da sua missão evangelizadora e sofre ao ver que ela não é compreendida nem apreciada, e até se tenta contestar-lha<sup>5</sup>.*

Avesso a missões civilizadoras, a 21 de janeiro, Henrique Galvão dá corpo à sua Dulcinea (operação) e assalta o paquete Santa Maria, gritando a plenos pulmões a natureza ditatorial e antidemocrática do regime. No dia 24 de janeiro, Henrique Galvão falava à imprensa norte-americana, deixando claro que pretende pôr fim ao regime de Salazar. A cumplicidade dos EUA e do Reino Unido com Salazar neutraliza os militares opositoristas e entrega-os às autoridades brasileiras a 4 de fevereiro.

Ainda mal refeito do susto, o regime assiste às manobras de elementos do MPLA que tentam assaltar em Luanda a Casa da Reclusão Militar, a Cadeia de S. Paulo, o quartel da PSP e a delegação da Emissora Nacional. O regime não é meigo e responde com repressão violenta, originando um massacre de mais de três mil civis.

Em março, a UPA, no norte de Angola, lançou o terror sobre muitas das fazendas agrícolas, matando as populações brancas que por ali trabalhavam ou dirigiam explorações e populações negras bailundas que eram assalariadas. Na sequência destes acontecimentos, rapidamente e com a força possível dá-se início à guerra (colonial para o Estado Novo e de libertação para os povos colonizados).

O ano termina com mais um duro golpe para o regime: as ridículas pretensões de negociarmos com a União Indiana a nossa saída de Goa, o que motivou a sua tomada, em

---

<sup>5</sup> RODRIGUES, 1994: 361.

dezembro de 1961, sem grande esforço (a força indiana englobava cerca de 40 000 soldados) face à nossa fragilidade militar no terreno, apesar de à distância se reclamar «resistência até à morte». Pouco tempo antes, em novembro de 1961, José Vieira Mateus da Graça (Luandino Vieira) era detido,

*tendo confessado que seguia as diretrizes do MPLA, movimento de que se considerava membro e com o qual se tinha comprometido a enviar para Luanda bombas de plástico destinadas a provocar o terror entre a população.*

A concentração em Salazar da pasta da Defesa e a sua necessidade de justificar ao País a presença colonial foi apenas mais um dos exemplos do ensimesmamento do regime reagindo às contrariedades e às lógicas (internas e externas) de forma politicamente inadequada.

Por isso, o ano de 1962 abre com um discurso de Salazar na Assembleia Nacional a 3 de janeiro que, embora justificado pela invasão e ocupação de Goa, evidencia uma continuidade sem retorno: critica a «inércia da ONU» e questiona a permanência de Portugal nas Nações Unidas, ironiza sobre a «apatia» dos «pretensos defensores da liberdade» (referindo-se em particular à Inglaterra e aos EUA), agradece o apoio de Espanha e do Brasil e manifesta a esperança de «a comunidade internacional reparar, em breve, o agravo à soberania portuguesa». Estas ideias vão fazer escola ao longo da década.

Nos antípodas, são múltiplas as ocorrências que ilustram um país crítico sobre a nossa presença em umas *províncias ultramarinas* em constante ebulição.

No terreno colonial, destacaríamos:

- A criação da Frente de Libertação de Moçambique sob a liderança de Eduardo Mondlane em 25 junho de 1962, com o objetivo de coordenar esforços na luta pela libertação de Moçambique.

- A 23 de janeiro de 1963, à semelhança do que já vinha acontecendo em Angola, a adoção, por parte do PAIGC, da luta armada como instrumento de conquista da independência face à intransigência do regime português.

- O início da luta armada em Moçambique em setembro de 1964, através da FRELIMO.

- O início do processo que conduzirá à criação da UNITA, em março de 1966, através da divulgação, por um grupo de angolanos exilados em Brazzaville, em dezembro do ano anterior, do manifesto «Amangola».

- O reconhecimento, em dezembro de 1965, por parte da OUA, do PAIGC como representante do povo da Guiné-Bissau, passando a fornecer-lhe apoio logístico e diplomático.

Na metrópole, lembrando a nossa desnecessária presença militar em África (oposição) ou procurando justificá-la internacionalmente (governo), podemos referir:

- Logo em janeiro de 1962, várias manifestações realizadas no Porto contra a Guerra Colonial são violentamente reprimidas.
- A 27 de abril de 1962, visando a diminuição dos motivos da contestação à dominação colonial portuguesa, o governo aprova o decreto-lei 44 309 através do qual promulga o Código de Trabalho Rural (aplicável nas «províncias ultramarinas» de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique) revogando o Código de Trabalho Indígena (aprovado em 6 de novembro de 1928).
- Em setembro de 1965, a PIDE encerra a Casa dos Estudantes do Império sob a acusação de que esta servia de base para a realização de atividades de propaganda política. No mês seguinte, um grupo de ativistas católicos toma posição contra a guerra colonial e a política defendida pela hierarquia da Igreja («Manifesto dos 101 católicos»).
- Em janeiro do ano seguinte, a Associação dos Estudantes Portugueses na Universidade de Lausana (Suíça) aprova uma declaração considerando o Estado Novo responsável pela guerra colonial.

Em 22 de junho de 1963, Luandino Vieira, preso desde 1961, é condenado, «num tribunal de Luanda, a catorze anos de prisão, por crimes de terrorismo praticados na província de Angola e não por actividades subversivas»<sup>6</sup>. A pena foi cumprida em Santiago de Cabo Verde, na colónia penal de Chão Bom, até 1972, data em que foi enviado para Lisboa sob a condição de preso domiciliário.

## O «estranho caso» de Luandino Vieira

No dia 21 de abril de 1965, o *Jornal de Notícias* anunciava a nomeação dos escritores que constituíam o júri de atribuição dos prémios da Sociedade Portuguesa de Escritores<sup>7</sup>: João Gaspar Simões, Alexandre Pinheiro Torres, Manuel da Fonseca, Fernanda Botelho e Augusto Abelaira, este último como representante da Sociedade Portuguesa de Escritores e sem direito a voto. No dia seguinte, acompanhado de um recorte deste jornal, um ofício dirigido pelo subdiretor da Pide ao diretor, informava

<sup>6</sup> *Diário da Manhã*, 21 de maio de 1965, p. 1.

<sup>7</sup> A Sociedade Portuguesa de Escritores tinha sido criada em maio de 1954, pela iniciativa de Ferreira de Castro e Aquilino Ribeiro, com o intuito de «dar forma a uma associabilidade pouco simpática ao regime, mas por este admitida, porque sempre presumiu que melhor seria apaziguar um punhado de intelectuais que pouco o abalavam em termos internos, dada a taxa de analfabetismo existente no País» (MARQUES, 2008: 169).

*que, segundo consta nos meios do «café», os sublinhados a vermelho são indivíduos de tendências pró-comunistas.*

*Lourenço Marques, 22 de abril de 1965*

*João Gaspar Simões*

*Alexandre Pinheiro Torres (sublinhado a vermelho)*

*Manuel da Fonseca (sublinhado a vermelho)*

*Fernanda Botelho*

*Augusto Abelaira (sublinhado a vermelho)<sup>8</sup>*

Não se pode dizer que o regime ignorava o «perigo iminente» que este grupo constituía. Não previra, talvez, o grau de afrontamento que era capaz de imprimir pela sua decisão. Ora, vamos por partes: como é que a obra *Luuanda* é posta a concurso? Pinheiro Torres explica-nos:

*o livro não tinha sido enviado a concurso dentro do prazo. Fui eu que, ao ver que o livro não estava entre os concorrentes, fui à Casa dos Estudantes do Império e lhes lembrei que o livro podia ir a concurso<sup>9</sup>.*

Uma vez em análise, como se chega à atribuição do Grande Prémio de Novelística? De acordo com a ata número dois, o júri decidiu por maioria atribuir o Prémio ao livro *Luuanda* de Luandino Vieira. Abelaira não votou, porque não precisava, Gaspar Simões votou contra, pois preferia um livro de Urbano Tavares Rodrigues<sup>10</sup>.

Os cinquenta contos patrocinados pela Fundação Calouste de Gulbenkian foram concedidos a Luandino Vieira, que já tinha visto a sua obra ser premiada um ano antes, em Angola, com a atribuição do Prémio Literário Mota Veiga referente a 1963. O eco que se fizera à época nas páginas do *ABC – Diário de Angola* sublinhava a obra de Luandino como «o caso literário mais sério» da província de Angola, «uma obra inteiramente invulgar, uma tentativa inteiramente nova pela sua conceção, capaz de marcar, decisivamente, uma nova era no plano literário»<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> IAN/TT, *Processo n.º 232 – C.I. (1) – Sociedade Portuguesa de Escritores.*

<sup>9</sup> TORRES, 1995: 48.

<sup>10</sup> Ironicamente, foi no *Diário de Notícias*, jornal responsável pela mais acérrima campanha contra o júri, a obra e o escritor em foco em 1965, que, em 1974, Gaspar Simões explicou a sua posição em relação à atribuição do Prémio de Novelística a Luandino Vieira: «A minha posição perante José Luandino Vieira [...] precisa de ser esclarecida. Fiz parte do júri da Sociedade Portuguesa de Escritores que em 1965 lhe atribuiu o prémio da Novela. Mas não lhe dei o meu voto. Creio ter sido o único membro do júri que não o fez. Porquê? Assim o disse na PIDE, onde fui interrogado e estive preso: não porque o autor fosse “terrorista”, mas porque não considerara a sua obra uma genuína obra de literatura portuguesa. Se outro tivesse sido o meu parecer, declarei, pouco me importaria que o seu autor tivesse esta ou aquela chancela política [...]». SIMÕES, 1974: 1.

<sup>11</sup> *ABC – Diário de Angola*. Luanda. 08.05.1964, p. 3.

A emoção com que a obra fora recebida em Angola distanciava-se do frenesi demolidor decorrente da atribuição do prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores. A notícia dada pelo *Diário de Notícias*, a 20 de maio de 1965, sobre a atribuição da distinção vinha acompanhada de uma chamada de atenção para o carácter específico do galardão, abrindo um período de violenta contestação contra os elementos do júri e a sua decisão, a própria Sociedade Portuguesa de Escritores e, principalmente, o autor, que se encontrava preso em Cabo Verde. A partir deste dia, um chorrilho de artigos em periódicos da metrópole (o *Diário de Notícias* e o *Diário da Manhã*), de Angola (o *Diário de Luanda* e o *ABC*) e de Moçambique (o *Notícias*, de Lourenço Marques), veem a luz do dia. Em Angola, a atribuição do prémio em Lisboa «provocou reparos que não se registaram quando o livro foi premiado em Angola», havendo por isso lugar a esclarecimentos sobre o valor literário da obra, motivo pelo qual fora agraciada, em «nada influenciando no seu juízo as personalidades, as ideias ou as actividades dos candidatos àquele prémio regional [Mota Veiga], relativo ao ano de 1963»<sup>12</sup>.

Desta tendência hegemónica de difamação da atribuição do prémio, saliente-se o silêncio emanado da Assembleia Nacional, onde não houve referência a este episódio, e a postura de um órgão que ousou pensar ao lado: o *Jornal do Fundão*, que na sua página 5 de 23 de maio de 1965, teimou em dar a notícia.

*O grande prémio da novela, também no valor de 50.000\$00, foi atribuído ao escritor angolano Luandino Vieira. O júri era assim constituído: João Gaspar Simões, Augusto Abelaira, Alexandre Pinheiro Torres, Manuel da Fonseca e Fernanda Botelho.*

*Luandino Vieira, que conta apenas 29 anos, nasceu em Vila Nova de Ourém, na metrópole, tendo ido bastante novo para Angola. Começou a sua actividade literária em O Estudante, órgão dos alunos do liceu de Luanda. De 1957 a 1960 aparece integrado numa camada de novos escritores angolanos que elaboraram «CULTURA», jornal literário da Sociedade Cultural de Angola. Aí se encontram poemas, contos e ilustrações com a sua assinatura. Em 1960 publica o seu livro de estreia A Cidade e a Infância, tendo publicado depois Duas Histórias de Pequenos Burgueses (1961) e Luuanda (1964), que lhe valeu agora o Grande Prémio*<sup>13</sup>.

A redação deste artigo não é inocente. O seu autor, Alexandre Pinheiro Torres, o mesmo que integrara o painel de jurados do Grande Prémio, pretendia dar início à publicação de um suplemento literário, «Argumentos», com o *Jornal do Fundão*. Na verdade, ficou-se pela pretensão, pois tal não chegou a acontecer. Em 26 de maio de 1965, o periódico foi suspenso por seis meses, uma das medidas mais duras aplicadas pelo regime contra um órgão de informação. A acusação consistia na publicação de páginas não visadas

<sup>12</sup> ABC – *Diário de Angola*. Luanda. 24.05.1964, p. 12.

<sup>13</sup> IAN/TT, *Processo n.º 232 – C.I. (1) – Sociedade Portuguesa de Escritores*.

pela Direção dos Serviços de Censura. O crítico literário Pinheiro Torres foi detido e enviado para Caxias. Quanto ao jornal, voltaria a fazer correr a tinta no final de 1965, mas debaixo da apertada vigilância dos Serviços de Censura de Lisboa.

O resto já sabemos. Na sequência desta «decisão irreverente», a 21 de maio de 1965, o Ministro da Educação Nacional, Galvão Teles, despacha o normativo que extingue a Sociedade Portuguesa de Escritores, no mesmo dia em que a sua sede é assaltada por cerca de cinquenta desconhecidos «que começaram por afixar, numa das portas de entrada, um dístico onde se podia ler: “Agência de Terroristas na Metrópole”»<sup>14</sup>. Assaltantes «civilizados» que pouparam a biblioteca, a sala de reuniões, o retrato a óleo de Aquilino Ribeiro e as fotografias de Jaime Cortesão e Joaquim Paço d’Arcos, da onda destruidora que imprimiram com a sua passagem. Protegida nos dias seguintes por forças policiais, a guarda à sede da Sociedade foi levantada a 9 de agosto.

A ação dos periódicos detratores de *Luuanda* é acompanhada pelo frenesi telegráfico de ilustres e anónimos de diversas partes da metrópole e das províncias. São às centenas os telegramas de elogio à veemente intervenção do ministro e de apoio àqueles que se invalidam em África numa «guerra que é de todos». Depressa se formam comissões de angariação de fundos para as famílias dos combatentes na guerra, que procuram somar o valor do prémio patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Esta, desde o primeiro minuto que se distanciara da responsabilidade da escolha do vencedor e prometera rever a sua política em matéria de patrocínios de prémios. Estas e outras notícias vão sendo estampadas nas páginas dos jornais afetos ao regime.

No silêncio ficam as palavras de muitos que arriscaram dizer diferente. Não foi publicada na imprensa a carta dirigida a Jacinto do Prado Coelho, presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores à época, à direção e aos sócios da Sociedade, por um grupo de escritores, artistas e cientistas portugueses residentes em Paris. É-o agora:

*O encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores e a prisão do júri literário que atribuiu o grande prémio de Novelística a um autor aliás altamente elogiado pela crítica na Imprensa e já quatro vezes premiado confirma a hostilidade do Governo a toda a prática de livre associativismo e acentua a sua política obscurantista.*

*O Governo encerrou finalmente a Sociedade Portuguesa de Escritores, que nunca foi do seu agrado, porque jamais alcançou submetê-la à sujeição de mandatários seus. Encerrou-a como tem encerrado, desde há trinta e nove anos, os agrupamentos artísticos e teatrais, associações académicas, bibliotecas associativas, cine-clubes, universidades e sindicatos livres, tudo enfim que seja manifestação e veículo do poder criador do Povo português.*

*Perante mais este atentado do Governo, dominado pela obsessão sempre frustrada de sujeitar aos seus desígnios de política sectária a inteligência nacional.*

---

<sup>14</sup> *Diário de Luanda*, 22-V-1965, p. 12.

*Os signatários, escritores, artistas e cientistas portugueses residentes em Paris  
 Protestam energicamente contra a violência cometida,  
 Manifestam a sua solidariedade tanto à Direcção da Sociedade Portuguesa de Escritores como  
 aos membros do júri, sacrificados à senha anti-cultural do Governo,  
 Reclamam a reabertura da Sociedade Portuguesa de Escritores.  
 Paris, Maio de 1965  
 Alfredo Margarido  
 António José Saraiva  
 António Lopes Cardoso  
 A. Vicente Campinas  
 Carlos da Veiga Pereira  
 Fernando Barros  
 Fernando Morgado  
 Francisco Ramos da Costa  
 Maria Lamas  
 Maria Manuela Margarido  
 Jorge Reis  
 José Escada  
 Rafael Cardoso  
 Villaverde Cabral  
 Teresa Rita  
 Vergílio Lemos  
 Castro Soromenho<sup>15</sup>*

Assim como também não houve notícia da petição de recurso n.º 7070, apresentada ao Supremo Tribunal Administrativo, pelo advogado Eduardo Figueiredo, ao longo da qual os 212 artigos, 35 documentos e 11 procurações explicitavam as razões pelas quais a sociedade não devia ser extinta<sup>16</sup>.

Também a carta da mulher de Luandino Vieira aos diretores de jornais defendendo o marido não teve resultados.

*Porque a verdade é esta: todas as infâmias que se pretendem agora dizer acerca do meu marido, de uma pessoa que se encontra a cumprir uma sentença, não ferem, de forma nenhuma, o mérito da sua obra literária. E é esta que os júris dos concursos têm de apreciar, independentemente da cor, dos credos, do aspecto físico ou da situação dos seus autores<sup>17</sup>.*

<sup>15</sup> IAN/TT, Processo n.º 232 – C.I. (1) – Sociedade Portuguesa de Escritores.

<sup>16</sup> A resposta a este recurso foi publicada no apêndice n.º 2111 ao *Diário do Governo* de 24 de maio de 1965, no acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que não deu provimento à petição. IAN/TT, Processo n.º 232 – C.I. (1) – Sociedade Portuguesa de Escritores.

<sup>17</sup> Cópia da carta da mulher de Luandino Vieira aos diretores de jornais. IAN/TT, Processo n.º 232 – C.I. (1) – Sociedade Portuguesa de Escritores.

De Paris, António José Saraiva dirigia-se aos corpos gerentes e aos sócios da Sociedade Portuguesa de Escritores, com a certeza de que

*(...) um dia se dirá que não obstante a acção destruidora de um governo de curtas vistas a Sociedade Portuguesa de Escritores de algum modo apadrinhou o baptismo da nova literatura angolana, e que, em plena guerra colonial, um júri português teve a coragem de reconhecer num jovem escritor angolano um dos melhores artífices da prosa portuguesa*<sup>18</sup>.

Como assumiria mais tarde Pinheiro Torres, o encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores serviu uma causa maior do que durante o seu funcionamento. Explica desta forma:

*(...) atravessava-se em Portugal um período de acalmia e de grande submissão dos escritores. E a Sociedade não servia para nada, como já disse. Era o mundanismo, as recepções, os cocktails. (...) A Sociedade Portuguesa de Escritores, ao ser destruída e martirizada, presta um serviço formidável no esclarecimento dos objectivos do Estado Novo. É o estado totalitário que se desmascara. Que se assume, agora publicamente, no palco da Europa, como fascista, ditatorial, violento. Ao oferecer-se como mártir, a Sociedade presta um grande serviço à esquerda portuguesa, aos intelectuais portugueses que aspiram pela liberdade de expressão. A Sociedade só é falada no momento em que é destruída. Fala-se dela em todo o mundo, culpando Salazar (...)*<sup>19</sup>.

De facto, em França, o *Le Monde* de 23 e 24 de maio de 1965 fez caso da dissolução da sociedade de escritores que concedeu um prémio a um autor angolano, o *New York Times* contava, sem grande rigor, o que se passava e de Inglaterra chegaram os protestos de Sir Bertrand Russel, Graham Greene, J. B. Priestly e Sir Julian Huxley que junto do governo português apelaram à moderação<sup>20</sup>.

Os dados estavam lançados e o rumo seguido foi o esperado neste contexto: abriu-se um inquérito à atribuição dos prémios literários à obra de Luandino Vieira, que procurou (e conseguiu) provar o pendor político a ditar a concessão recorrente de prémios a Luandino. A presença em todos os painéis de jurados do Dr. Eugénio Bento Ferreira, intelectual ao serviço da oposição ao regime, explica muita coisa. Mais difícil de explicar é a desatenção com que se observa os «movimentos literários» do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola. Por diversas vezes e em variadas publicações, se ameaçava com o nascimento de uma nova língua e uma nova literatura angolanas, em detrimento da língua do colonizador. No artigo «Uma língua que nasce (a propósito de Luandino Vieira)», o crítico Roby Amorim anunciava:

---

<sup>18</sup> Carta de António José Saraiva, de 28 de maio de 1965. IAN/TT, *Processo n.º 232 – C.I. (1) – Sociedade Portuguesa de Escritores*.

<sup>19</sup> TORRES, 1995: 48.

<sup>20</sup> IAN/TT, *Processo n.º 232 – C.I. (1) – Sociedade Portuguesa de Escritores*.

*Em Angola, neste momento, estão em transformação tanto uma língua como uma literatura (...) Na nova literatura e na nova língua que surgem estão presentes duas constantes, embora uma seja largamente superior à outra (...). O que está a nascer é pujante, vigoroso, sobretudo jovem e cheio de ambições, como é natural a toda a juventude*<sup>21</sup>.

Fervilhava nesta geração um estado nascente que aspirava à mudança, a uma descontinuidade social que encontrava no clima de guerra colonial terreno fértil para prosperar.

*(...) O Estado Nascente (...) é uma experiência tanto individual como colectiva que gera um novo tipo de acção social, uma nova solidariedade, uma onda de choque na estrutura estável e uma vontade de renovação radical, uma exploração do possível para procurar realizar alguma coisa daquilo que foi entrevisto. (...) O Estado Nascente é uma exploração das fronteiras do possível, com o fim de maximizar aquilo que da sua experiência e da sua solidariedade é realizável naquele momento histórico (...)*<sup>22</sup>.

## Bibliografia

- ALBERONI, Francesco (1990) – *Génesis*. Venda Nova: Bertrand.
- FERRO, Marc (2009) – *O Ressentimento na História. Compreender o nosso tempo*. Lisboa: Teorema.
- KUNDERA, Milan (2006) – *A Ignorância*. Porto: Edições ASA.
- MARQUES, Guiomar Belo (2008) – *A extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores*. In PAÇO, António Simões do, coord. – *Ei-los que partem*. Lisboa: Planeta de Agostini.
- NORA, Pierre (1993) – *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. «Projeto História». São Paulo: PUC. 10 (dez.), pp. 07-28.
- RODRIGUES, A. S. (coord.) (1994) – *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SIMÕES, João Gaspar (1974) – *Crítica Literária*. «Diário de Notícias: Artes e Letras», 28-XI-1974. Lisboa, p. 1.
- TOPA, Francisco (2014) – *Luuanda há 50 anos. Críticas, prémios, protestos e silenciamento*. [Porto]: Sombra pela cintura.
- TORRES, A. Pinheiro – *Todos mentem e fingem*. «Ler», 32 (out. 1995). Lisboa, p. 48.

<sup>21</sup> ABC – *Diário de Angola*. Luanda. 13-XI-1964, pp. 3-7.

<sup>22</sup> ALBERONI, 1990: 36-38.

